

Brasil andou pra trás, mostra IDH

Depois de 25 anos de crescimento, o país está estagnado no Índice de Desenvolvimento Humano, medido pela ONU. De acordo com dados de 2015, a crise econômica afetou a qualidade de vida dos brasileiros.

SOCIEDADE

IDH ajustado pela desigualdade faz o Brasil perder 19 posições. Dados, referentes a 2015, mostram que ficamos estagnados depois de 25 anos de crescimento contínuo no indicador geral, mantendo o 79º lugar no ranking de 188 nações. Situação deve piorar

País recua em índice de desenvolvimento

» NATÁLIA LAMBERT

Apesar de ser sentida faz tempo, no dia a dia, pela população brasileira, só agora a crise econômica que o país enfrenta chegou aos indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento mundiais. Depois de 25 anos de crescimento contínuo, o Brasil manteve o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estável em 0,754, de acordo com o relatório divulgado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O principal motivo para a estagnação do índice é a queda na renda das famílias. A tendência, segundo especialistas, é de que a análise seja ainda pior no ano que vem, já que a base de dados deste ano é de 2015.

Desde 1990, quando o IDH começou a ser medido, o Brasil cresceu 23,4%. No ranking de 188 nações, o país se encontra na 79ª posição e permanece na categoria de alto nível de desenvolvimento humano. Entretanto, a estagnação é preocupante, já que, de todas as nações, 159 apresentaram algum crescimento, 16 ficaram estáveis e 13 diminuíram. "O aumento do Índice de Desenvolvimento Humano é muito sensível e baseado em questões estruturantes. Ano a ano, a maioria dos países melhora no IDH. A gente tem que pensar o porquê de, no Brasil, as coisas terem parado depois de tanto tempo de melhora ininterrupta. É um alerta para a gente olhar com atenção, entender e pensar o que precisa ser feito. Se a gente quer ser um país melhor, qualquer coisa que nos freie é preocupante", alerta Andréa Bolzon, coordenadora de desenvolvimento humano nacional do PNUD.

Renda

O economista especialista em mercado de trabalho Rodolfo Torelly explica que a recuperação da renda das famílias é um processo muito lento e, provavelmente, isso ainda vai afetar os dados de IDH nos próximos anos. "Foram 22 meses de perda de emprego formal e queda nos salários finais de admissão. A renda das famílias e o desemprego subiram por duas vertentes: a perda de postos de trabalho e o fato de que as pessoas que não tinham emprego e começaram a procurar por necessidade", comenta. Para Torelly, a estagnação só foi possível porque havia uma "gordura" que foi gasta nesse momento de crise profunda.

Marcelo Freitas, 22 anos, é um dos brasileiros que vive intensamente a crise. Há quatro meses sem emprego, saiu da cidade natal, Parauapebas (PA), para tentar novas oportunidades em Brasília. Com quatro parentes divide o aluguel da casa, na qual a renda é basicamente gerada pela tia, que é cabeleireira, e a irmã, que conseguiu, recentemente, um emprego em uma loja. "Até o mês passado, apenas minha tia mantinha a casa. Eu e o restante da família estamos na busca de emprego, mas até a locomoção se tornou um problema", lamentou.

Apesar de continuar na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, quando o IDH brasileiro é ajustado ao índice de desigualdade, o país perde 19 posições e se enquadra no grupo de nações que mais são penalizadas.

O número cai para 0,561. É o terceiro país que mais tem queda, empatado com a Coreia do Sul e o Panamá, perdendo somente para o Irã, que cai 40 posições, e Botsuana, 23. Em relação ao Coeficiente de Gini (desigualdade de renda), o Brasil é o décimo pior do mundo, ficando, na América Latina e Caribe, atrás somente do Haiti, Colômbia e Paraguai.

Na opinião do economista e diretor da FGV Social Marcelo Neri, se a perspectiva para o ano que vem é que o IDH seja pior, a estimativa para o índice corrigido pela desigualdade é assustadora. Segundo Neri, a estagnação é enganosa e não retrata de fato o que houve em termos de desenvolvimento humano no Brasil desde 2015. De acordo com o índice de Gini, no ano passado, o país registrou o primeiro aumento da desigualdade em 22 anos, chegando a

0,522, com alta de 1,6% em relação ao ano anterior. "A desigualdade está aumentando bastante. Os mais pobres são os que mais estão perdendo. Estamos involuindo, perdendo o jogo. Em termos sociais, a crise é muito pior que a econômica", comenta o ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Por meio de nota divulgada pela Presidência da República, o presidente Michel Temer destacou que "os dados divulgados pela agência da Organização das Nações Unidas (ONU) ilustram a severidade da crise da qual apenas agora o país vai saindo". "O resultado do conjunto de transformações em curso, sob a liderança do presidente Michel Temer, deve refletir-se, ao longo das próximas edições do índice, em uma melhoria, tanto absoluta, como relativa de nosso número", acrescenta o documento.

» Para saber mais

O que é o IDH

Anualmente, desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) faz uma análise entre 188 países e territórios sobre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável. Antes, o único conceito que definia se um país era desenvolvido era o Produto Interno Bruto (PIB).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) engloba três

questões estruturais: saúde (expectativa de vida), conhecimento (média de anos de estudo e anos esperados de escolaridade) e padrão de vida (Renda Nacional Bruta per capita).

A lista é dividida entre os países com um padrão muito alto, alto, médio e baixo de desenvolvimento. O número vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). O primeiro colocado do ranking é a Noruega, com um IDH de 0,949, e o último é a República Centro-Africana, com índice de 0,352.

Crescimento interrompido

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil ficou estagnado e parou de crescer pela primeira vez desde 1990, quando começou a ser medido. Confira os dados:

	Expectativa de vida ao nascer	Expectativa de anos de estudo	Média de anos de estudo	RNB per capita em US\$ por ano	IDH
1990	65,3	12,2	3,8	10.746	0,611
1995	67,6	13,3	4,6	11.238	0,649
2000	70,1	14,3	5,6	11.339	0,685
2005	71,9	13,8	6,1	12.117	0,698
2010	73,3	14,0	6,9	14.173	0,724
2011	73,6	14,2	7,0	14.580	0,730
2012	73,9	14,2	7,2	14.472	0,734
2013	74,2	15,2	7,3	14.582	0,747
2014	74,5	15,2	7,7	14.858	0,754
2015	74,7	15,2	7,8	14.145	0,754

IDH ajustado à desigualdade

País	IDH	IDHAD	Perda Total (%)	Desigualdade na Esperança de Vida (%)	Desigualdade na Educação (%)	Desigualdade na Renda (%)
Mundo	0,717	0,557	22,3	17,1	25,9	23,8
AL e Caribe	0,751	0,575	23,4	14,0	19,7	34,9
Brasil	0,754	0,561	25,6	14,4	22,6	37,8
Índia	0,624	0,454	27,2	24,0	39,4	16,1
Rússia	0,804	0,725	9,8	8,8	2,2	17,7
Chile	0,847	0,692	18,2	7,6	8,2	35,5
Estados Unidos	0,920	0,796	13,5	6,1	5,6	27,0

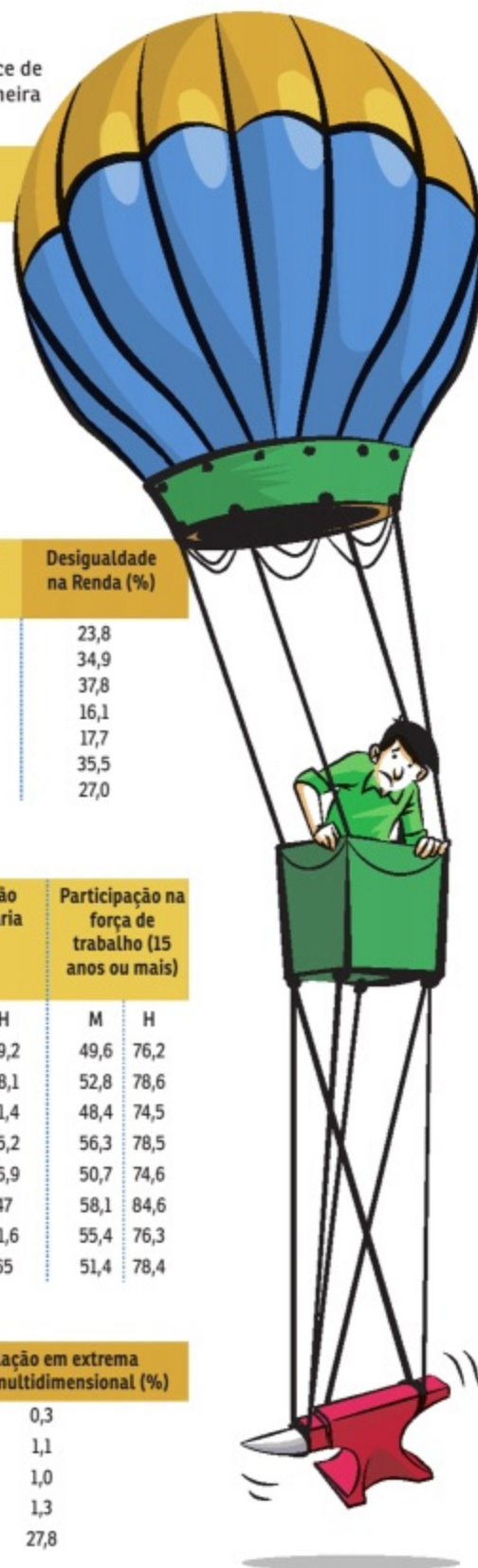
Índice de Desigualdade de Gênero

País	IDG	Taxa de mortalidade Materna (por 100.000 nascidos vivos)	Gravidez na adolescência (nascimento a cada 1.000 mulheres entre 15 e 19 anos)	Assentos no parlamento (ocupados por mulheres)	Educação secundária		Participação na força de trabalho (15 anos ou mais)	
					M	H	M	H
Mundo	0,443	216	44,7	22,5	60,3	69,2	49,6	76,2
AL e Caribe	0,390	67	64,3	28,1	57,8	58,1	52,8	78,6
Argentina	0,362	52	63,8	37,1	63,5	61,4	48,4	74,5
Brasil	0,414	44	67	10,8	59,1	55,2	56,3	78,5
Chile	0,322	22	47,8	15,8	76,1	76,9	50,7	74,6
Paraguai	0,464	132	57,4	16,8	46,2	47	58,1	84,6
Uruguai	0,284	15	56,1	19,2	55	51,6	55,4	76,3
Venezuela	0,461	95	79,4	17	72,6	65	51,4	78,4

Índice de Pobreza Multidimensional

País	IPM	População em Pobreza Multidimensional (%)	População Próxima à Pobreza Multidimensional (%)	População em extrema pobreza multidimensional (%)
Brasil	0,010	2,4	6,7	0,3
México	0,024	6	10,1	1,1
China	0,023	5,2	22,7	1,0
África do Sul	0,041	10,3	17,1	1,3
Índia	0,282	55,3	18,2	27,8

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2016 - PNUD



Progresso é excludente

O foco principal do Relatório de Desenvolvimento Humano 2016 do PNUD é o olhar para os excluídos. Segundo o documento, nas últimas décadas, houve muitos progressos, mas ele não foi para todos. Uma em cada três pessoas no mundo ainda vive em um nível de desenvolvimento humano baixo. "Os povos indígenas, habitantes das zonas rurais, pessoas com deficiência, minorias étnicas, migrantes, LGBTI, refugiados e as mulheres são exemplos de grupos vulneráveis que sofrem em maior medida com as crises mundiais. É urgente e necessário que sejam fortalecidas as políticas de redução das desigualdades", comenta o coordenador residente do sistema ONU e representante do PNUD no Brasil, Niky Fabianic.

Um dos grupos mais afetados mundialmente são as mulheres. No Brasil, elas têm um Índice de Desenvolvimento de Gênero mais alto que os homens, porque há uma maior expectativa de vida ao nascer e a média de anos de estudos é maior. Entretanto, no quesito dinheiro, estão muito atrás — a renda estimada per capita do homem é 66,2% maior que a da mulher. "Precisamos ter um olhar para o futuro e determinar quais são os melhores caminhos para que o país assegure um desenvolvimento sustentável e equilibrado. Não podemos conseguir que o desenvolvimento seja para todos se ignoramos ou discriminamos metade da humanidade, que é o caso das mulheres", afirma o diretor de País do PNUD no Brasil Didier Trebucq.

No Parlamento, o Brasil consegue ter um índice de representatividade feminina abaixo do país com menor IDH do mundo, a República Centro-Africana. Lá, 12,5% do Congresso é composto por mulheres. Aqui, 10,8%. Até na Arábia Saudita, onde elas conquistaram o direito ao voto em 2015, a proporção é de quase 20%. "Essa desigualdade será replicada em todas as áreas. É importante ter a estatística, mas são dados que não surpreendem porque a desigualdade de gênero é muito palpável, notória", comenta a integrante do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) Gabriela Ferraz.

Reformas

Com esse olhar de "não ficar ninguém para trás", o PNUD está atento às reformas que estão sendo propostas no Brasil, entre elas, a previdenciária, trabalhista e tributária. "Sabemos que é um tema importante para o Brasil e aque é necessário ter muito cuidado para que pessoas mais suscetíveis à vulnerabilidade não fiquem mais expostas. A gente confia que a pauta é necessária, mas é importante que não se coloquem conquistas históricas em risco", comenta Andréa. Segundo a coordenadora, há um diálogo em curso com outras agências da ONU para analisar as propostas mais detalhadamente, e um documento será elaborado.

Arthur Menescal/Esp. CB/DA Press



Freitas saiu de Parauapebas para buscar oportunidades em Brasília